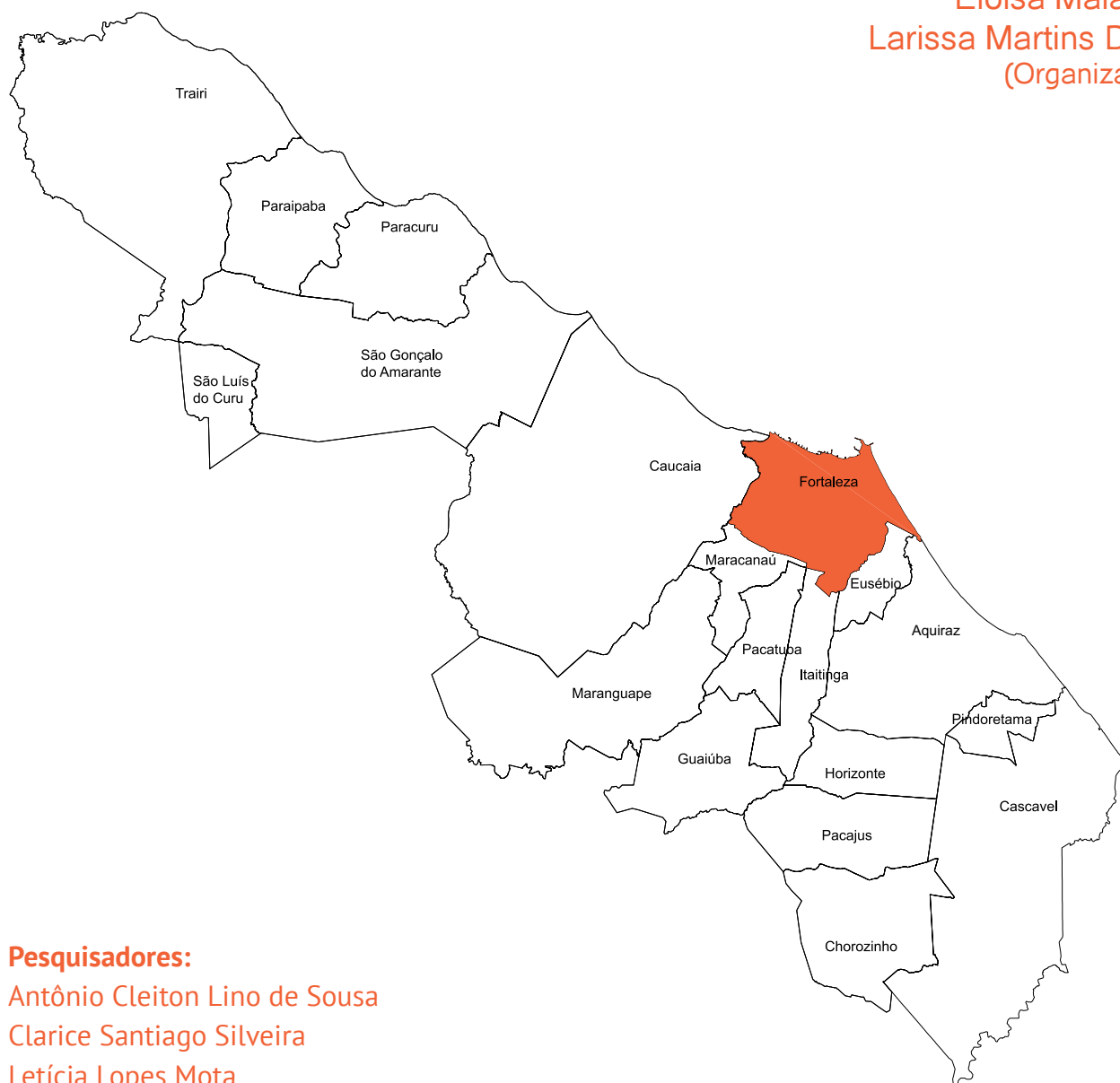


Política educacional no Ceará: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola

Sofia Lerche Vieira
Eloisa Maia Vidal
Larissa Martins Dantas
(Organizadoras)



Pesquisadores:

Antônio Cleiton Lino de Sousa
Clarice Santiago Silveira
Letícia Lopes Mota

1. Perfil socioeconômico do município

A cidade de Fortaleza é, atualmente, uma metrópole de referência no Nordeste, devido sua atuação de destaque nos setores administrativo, cultural, turístico e industrial, como bem destaca o texto publicado no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Fortaleza (s/d). Segundo o último Censo populacional, realizado no ano de 2022, a cidade possui uma população de 2.428.678 habitantes, sendo o 4º município mais populoso do País (IBGE, 2023). Em comparação com o Censo anterior, do ano de 2010, houve uma redução no número de habitantes, que era de 2.452.185 (IBGE, 2010). Tal redução pode indicar uma saturação urbana e um crescimento dos habitantes nos municípios vizinhos da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), conforme aponta matéria publicada pelo endereço eletrônico do G1 Ceará (2023).

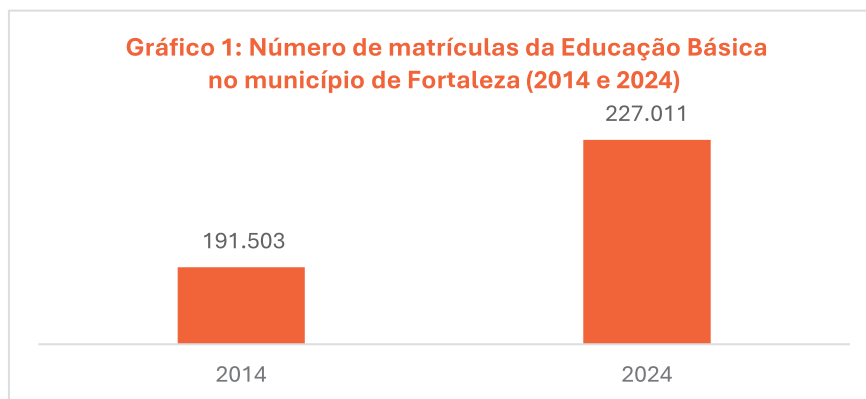
Fortaleza tem um território considerado pequeno de 312,353 km², sendo uma das áreas mais densas do país com aproximadamente 7.775,4 hab./km² (IBGE, 2023). Essa densidade aponta para desafios enfrentados pela cidade com a infraestrutura e a gestão de seus equipamentos, como a saúde, educação, moradia, segurança, etc. No que se refere ao PIB de Fortaleza, os dados mais atuais são de 2021, totalizando R\$ 73,4 bilhões (Ipece, 2023), representando cerca de 40% de toda a riqueza produzida no Estado, conforme notícia o endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Contribuindo com cerca de 71% do valor do PIB, estão as atividades do setor terciário: serviços e comércio, ligados ao turismo de forma direta ou indireta. O Censo de 2022 também registra que a média salarial dos trabalhadores formais de Fortaleza é de 2,8 salários-mínimos (IBGE, 2023).

Apesar da importância econômica, a cidade enfrenta muitas desigualdades, vulnerabilidades sociais e territoriais, associadas a marcadores de raça/gênero, renda e participação em programas de transferência de renda. Segundo o Ipece (2025), as disparidades espaciais de renda em Fortaleza se dão em regiões e bairros centrais, como: Guararapes, Cocó, Meireles e Aldeota, que apresentam renda média de aproximadamente R\$ 14.775,21, R\$ 13.372,43, R\$ 12.148,10 e R\$ 10.572,06, respectivamente, enquanto outros bairros registram renda média muito menor, como por exemplo o bairro Genibaú, com renda média mensal de R\$ 1.272,25. Esse padrão evidencia segregação socioespacial e concentrações de vulnerabilidade relacionadas com a localização urbana, histórico de ocupação, infraestrutura e segregação social e espacial, o que impacta diretamente nas oportunidades, acesso a serviços e qualidade de vida (Ipece, 2025). Outro indicador desse contexto de desigualdade social, se refere ao número de beneficiários do Programa Bolsa Família, com 319.497 famílias atendidas pelo programa, representando mais de um milhão de habitantes.

2. Características educacionais do município

No Censo Escolar de 2024, o município de Fortaleza apresentou um total de 539.307 matrículas na Educação Básica, número que engloba as ofertas nas redes federal, estadual, municipal e privada. Esse quantitativo é aproximadamente 8,9% menor que o do ano de 2014, quando foram registradas 592.381 matrículas no município.

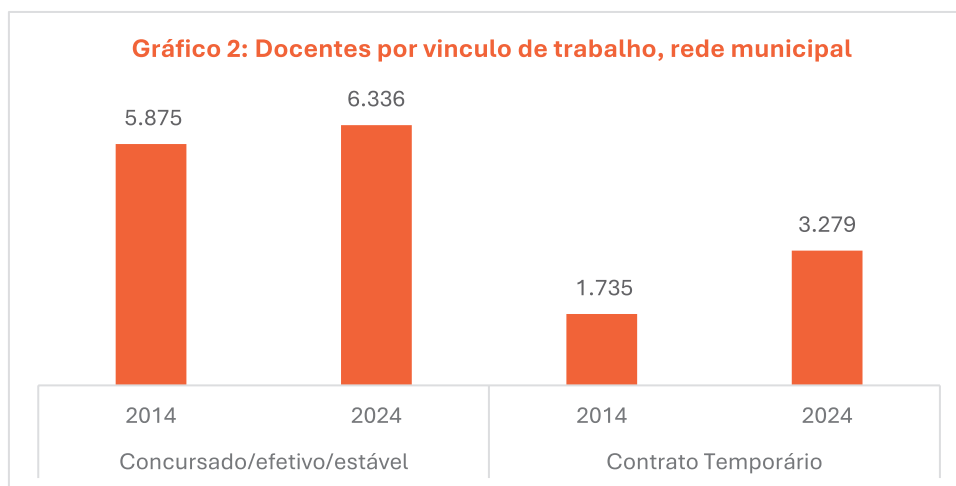
O Gráfico 1 apresenta esse comparativo, observando apenas a rede municipal da capital na oferta de Educação Básica.



Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica (2014; 2024)

Os dados indicam que, nesse período, houve crescimento de 19% nas matrículas, o que representa 35.508 alunos a mais, diante de um cenário em que houve redução populacional, o que permite inferir que em 2014, havia alunos na faixa de 6 a 14 anos fora da escola. A rede municipal possuía em 2014, 284 escolas, valor que cresceu para 310 em 2024, representando um aumento de 9% no tamanho do parque escolar.

Os dados apresentados no Gráfico 2 mostram a situação dos professores da rede municipal no que se refere ao vínculo de trabalho nos anos 2014 e 2024.



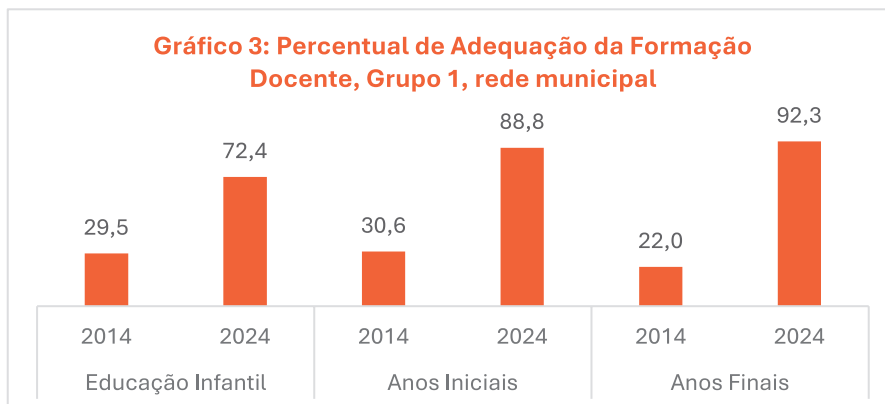
Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica, INEP, 2024 e 2024

No período é registrado um aumento de 8% na quantidade de professores concursados e um crescimento de 89% no número de professores temporários, apontando para a precarização do trabalho docente e a rotatividade de profissionais. Embora em números absolutos, a quantidade de professores concursados seja superior ao de temporários, se registra um crescimento muito expressivo de docentes cujos contratos de trabalho não lhes asseguram as mesmas condições de seguridade social que os concursados.

A seguir são apresentados três indicadores associados aos professores: Adequação da Formação Docente (AFD), Indicadores de Esforço Docente (IED) e Indicador de Regularidade Docente (IRD).

O Gráfico 3 apresenta os percentuais de AFD para os professores da rede municipal nos anos 2014 e 2024 que se encontram no Grupo 1, que corresponde a “docentes com formação superior de

licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluído” (Inep, 2014).

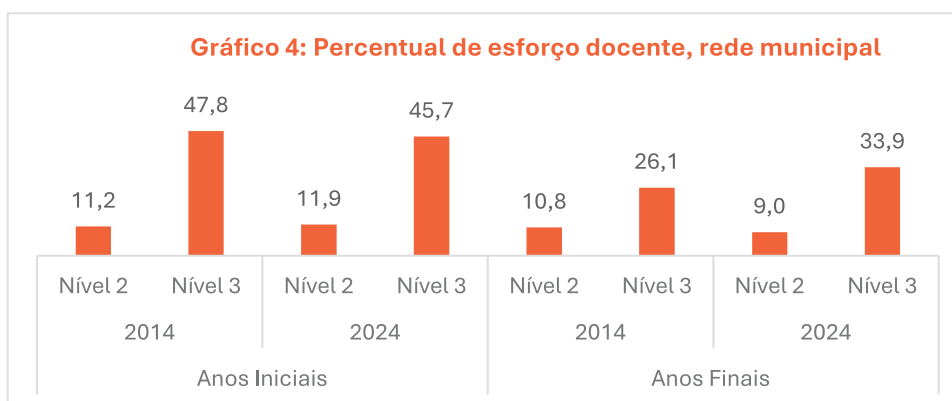


Fonte: INEP, 2014 e 2024

Na Educação Infantil, a rede municipal apresenta um crescimento de 145,4% de docentes com adequação da formação atuando nesta etapa da educação básica, que em 2024, chega a 72,4%. Nos anos iniciais é registrado um crescimento de 190,2%, chegando em 2024 a 88,8%, e nos anos finais, embora o crescimento seja o maior dos três, 319,5%, a rede municipal ainda registra docentes sem a formação adequada nas duas etapas da educação básica.

O Indicador de Esforço Docente (IED) está estruturado em seis níveis de demanda profissional que transcende a contagem de horas-aulas, incorporando a quantidade de estudantes atendidos e os turnos de trabalho. A escala de níveis estabelece a seguinte demanda: Nível 1 - Docente que tem até 25 alunos e atua em um único turno, escola e etapa; Nível 2 - Docente que tem entre 25 e 150 alunos e atua em um único turno, escola e etapa; Nível 3 - Docente que tem entre 25 e 300 alunos e atua em um ou dois turnos em uma única escola e etapa; Nível 4 - Docentes que tem entre 50 e 400 alunos e atua em dois turnos, em uma ou duas escolas e em duas etapas. Nível 5 - Docente que tem mais de 300 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas. Nível 6 - Docente que tem mais de 400 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas.

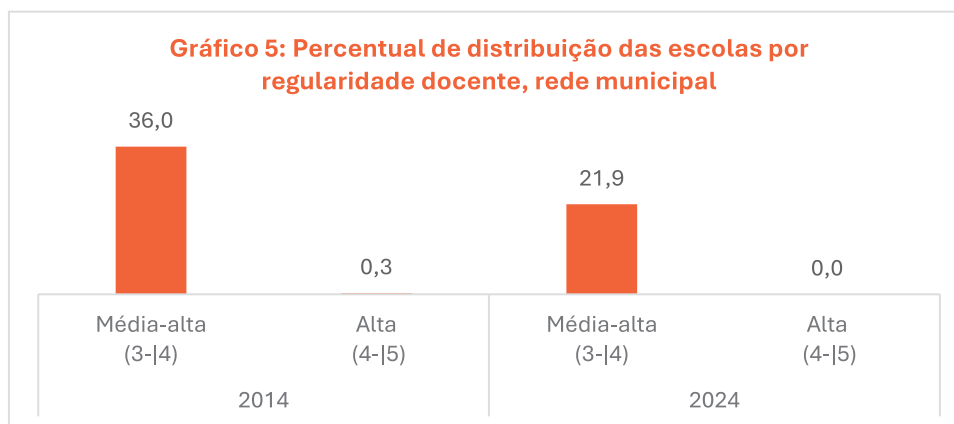
O Gráfico 4 mostra os percentuais de docentes da rede municipal que se encontram nos níveis 2 e 3 do IED nos anos 2014 e 2024, respectivamente.



Fonte: INEP, 2014 e 2024

Se em 2014, entre as escolas que ofertavam os anos iniciais do ensino fundamental prevalecia o nível 3 de esforço docente (47,8%), em 2024, os valores permanecem muito similares. Nos anos finais, o percentual de docentes no nível 3 tem um aumento de 7,8 pontos percentuais, o que significa que aumentou a quantidade de docentes que tem entre 25 e 300 alunos e atua em um ou dois turnos em uma única escola e etapa. No caso dos percentuais de docentes no nível 2, os valores permanecem relativamente estáveis nos dois segmentos do ensino fundamental nos anos considerados.

O Indicador de Regularidade do Docente (IRD) tem a “finalidade de avaliar a regularidade do corpo docente nas escolas de educação básica a partir da observação da permanência dos professores nas escolas nos últimos cinco anos” (Inep, 2015). O Gráfico 5 mostra a situação deste indicador para a rede municipal nos anos 2014 e 2024, respectivamente.



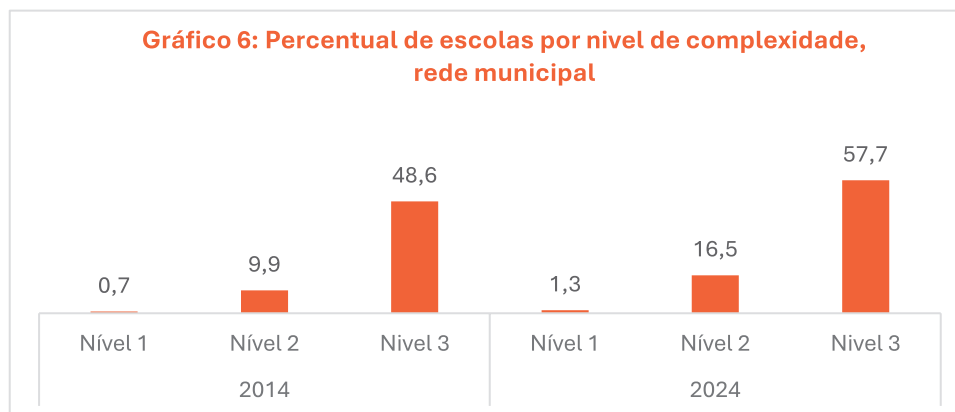
Fonte: INEP, 2014 e 2024

Os dados mostram que em 2014, o percentual de docentes que permaneciam na mesma escola por 3 a 4 anos era de 36,0%, o valor se reduz para 21,9% em 2024. Já sobre a permanência de docentes por 4 a 5 anos na mesma escola, os valores são próximos a 0% nos dois anos. Ou seja, a permanência da maioria dos docentes na mesma escola na rede municipal situa-se em faixas inferiores a 3 anos, especialmente em 2024.

O Indicador de Complexidade de Gestão (ICG), classifica as escolas em seis níveis, a partir das variáveis: porte da escola, número de turnos de funcionamento, quantidade de etapas/modalidades ofertadas e etapa de maior complexidade atendida, sendo que os níveis mais elevados representam maior complexidade de gestão.

Para efeitos de análise do ICG na rede municipal, procurou-se observar a classificação das escolas nos anos 2014 e 2024 nos níveis 1, 2 e 3, definidos como: a) nível 1, escola com porte inferior a 50 matrículas, operando em único turno e etapa e apresentando a Educação Infantil ou Anos Iniciais como etapa mais elevada; b) nível 2, escola com porte entre 50 e 300 matrículas, operando em 2 turnos, com oferta de até 2 etapas e apresentando a Educação Infantil ou Anos Iniciais como etapa mais elevada; c) nível 3, escola com porte entre 50 e 500 matrículas, operando em 2 turnos, com 2 ou 3 etapas e apresentando os Anos Finais como etapa mais elevada (Inep, 2014).

O Gráfico 6 apresenta a situação das escolas municipais, quanto à complexidade de gestão nos níveis 1, 2, e 3 nos anos de 2014 e 2024.



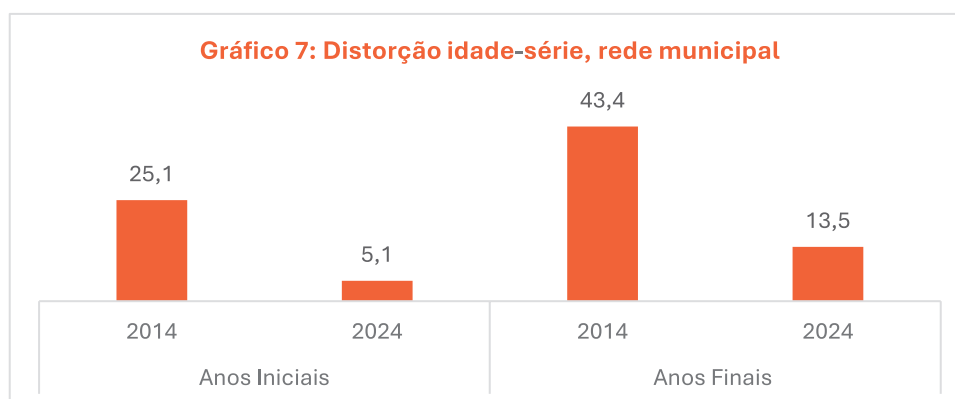
Fonte: INEP, 2014 e 2024

Em 2014, 58,5% das escolas da rede municipal encontravam-se nos níveis 2 e 3, o que significava que a maior parte dos estabelecimentos de ensino possuíam porte entre 50 e 300 matrículas, operando em 2 turnos, com oferta de até 2 etapas e apresentando a Educação Infantil ou Anos Iniciais como etapa mais elevada e outras apresentavam porte entre 50 e 500 matrículas, operando em 2 turnos, com 2 ou 3 etapas e apresentando os Anos Finais como etapa mais elevada. Em 2024, a situação muda com 74,2% das escolas situadas no mesmo extrato. Tanto em 2014, como em 2024, os percentuais de escolas no nível 1 de ICG é praticamente inexistente.

A Média de Alunos por Turma (ATU) na rede municipal em 2014 na pré-escola é de 19,1 passando para 18,6 alunos por turma, em 2024. Nos anos iniciais do ensino fundamental, a média era de 23,6 alunos por turma em 2014, atingindo 26,2 alunos em 2024. O maior crescimento, no entanto, é registrado nos anos finais, em que a média de alunos por turma em 2014 era de 31 alunos, passando para 34,9 em 2024.

O que se observa é um crescimento do número de alunos tanto nos anos iniciais como nos anos finais do ensino fundamental, fato que pode estar associado ao reordenamento de rede escolar, pelo qual passou o município, especializando as escolas para a oferta de um único segmento do ensino fundamental, com vistas a melhoria do desempenho dos estudantes nas avaliações em larga escala, como mostra o estudo realizado por Soares (2021).

A distorção idade-série aponta o percentual de alunos com dois ou mais anos de atraso escolar e o Gráfico 7 mostra dos dados dos anos iniciais e finais do ensino fundamental da rede municipal em 2014 e 2024.

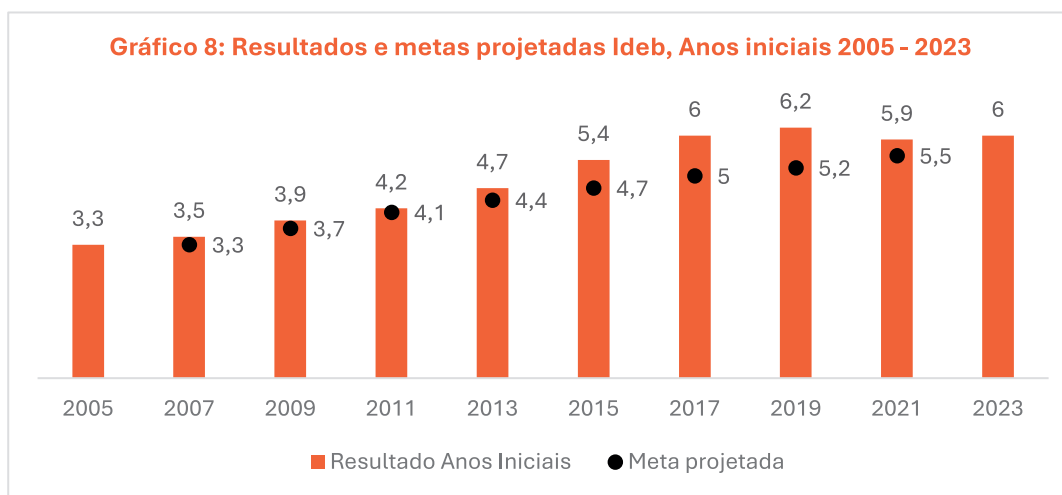


Fonte: INEP, 2014 e 2024

Nos dois segmentos do ensino fundamental ocorre uma redução de 79,7% e 68,9%, na distorção idade-série, respectivamente nos anos iniciais e finais, no período observado, o que evidencia a implementação de políticas de correção de fluxo escolar, que incidiram sobre a rede municipal. No entanto, é importante destacar que em 2024, 13,5% dos alunos dos anos finais ainda continuam em distorção idade-série, o que demanda políticas públicas visando reduzir tal valor.

Quando se observa a média de horas aula na pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental em 2014, todas é de 4 horas aula diária; sendo nos anos finais de 4,2 horas. Em 2024, os dados mostram que vem acontecendo ampliação de jornada escolar com a pré-escola chegando a 4,2 horas aula diárias, os anos iniciais atingindo uma média de 5,9 horas e os anos finais chegando a 7,5 horas aula diárias. Tais dados evidenciam o esforço que a rede municipal vem realizando no sentido de ampliação da jornada escolar nos anos finais de ensino fundamental.

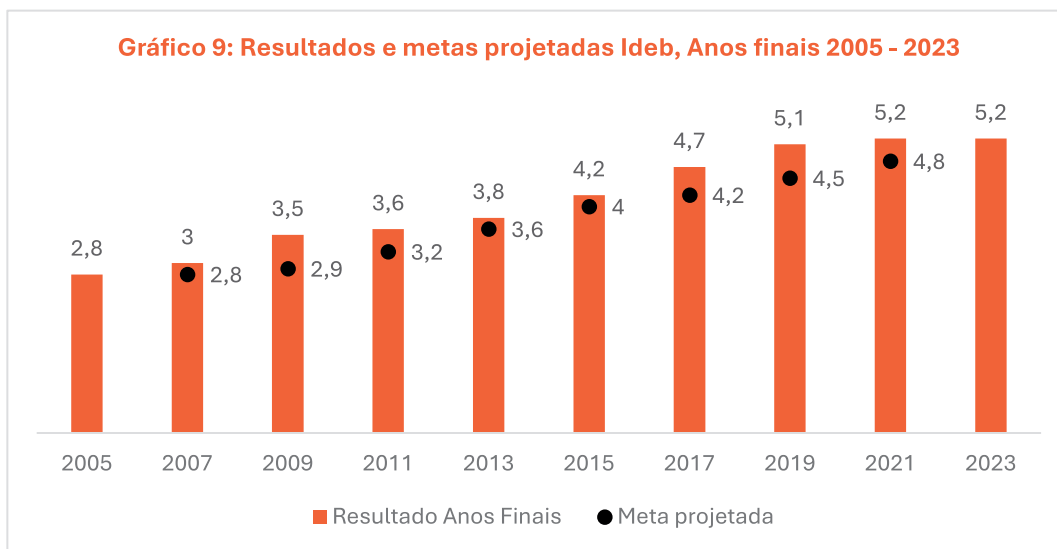
Sobre os indicadores relacionados a qualidade educacional, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi tomado como referência para os anos iniciais e finais do ensino fundamental, como mostram os Gráficos 8 e 9.



Fonte: Portal Ideb, INEP, 2024.

Para o último ano que tinha meta definida pelo MEC (2021), nos anos iniciais, o município conseguiu ultrapassar e alcançou 5,9, aumentando para 6,0 em 2023 e registrando um crescimento de 82% no período 2005 – 2023. Tais resultados tem íntima associação com a iniciativa desenvolvida pelo Governo do Estado do Ceará, desde 2007, com a criação do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), mais tarde transformado em Programa Aprendizagem na Idade Certa (PAIC), abrangendo todo os anos do ensino fundamental.

O Gráfico 9 apresenta dos dados dos anos finais no período 2005 – 2023.



Considerando o período 2005 – 2023, o Ideb dos anos finais da rede municipal cresceu 86%, portanto ligeiramente superior ao crescimento dos anos iniciais. Observa-se também que em todos os anos do cálculo do índice, os resultados obtidos superaram as metas projetadas.

3. Atividades de campo

A pesquisa de campo no município de Fortaleza ocorreu em três escolas, uma estadual e duas municipais, e na Secretaria Municipal da Educação. As entrevistas se deram em dias e meses diferentes, devido a disponibilidade de agenda dos entrevistados. Todos os participantes concordaram em participar, permitiram a gravação e assinaram os termos de consentimento, bem como os demais instrumentais que foram utilizados na realização das entrevistas.

A escola da rede estadual visitada foi um Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) que está em funcionamento há 50 anos, possui 2.073 alunos matriculados, sendo 586 alunos nos anos finais do ensino fundamental e 1.487 alunos no ensino médio. São 58 professores lotados no CEJA, sendo 38 efetivos e 20 temporários. A infraestrutura é composta de 11 salas de aulas, todas utilizadas nos três turnos – matutino, vespertino e noturno.

Uma escola municipal visitada está em funcionamento há 18 anos e possui 213 alunos, sendo 119 na educação infantil e 94 nos anos iniciais do ensino fundamental. A quantidade de professores é 19, sendo 17 efetivos e apenas dois temporários, com cinco salas de aula, que são utilizadas nos turnos matutino e vespertino. Do total de alunos matriculados, 135 são beneficiários de programas sociais.

A outra escola municipal visitada tem uma sede e dois anexos, para atender um grande quantitativo de alunos. A escola possui em média 2.014 alunos, sendo 200 da educação infantil, 229 dos anos iniciais, 1.282 dos anos finais do ensino fundamental e 303 do EJA. São 123 professores, sendo 87 efetivos e 36 temporários, que atuam em 25 salas de aula disponíveis e utilizadas nos períodos matutino e vespertino e apenas 9 salas são utilizadas no período noturno.

4. Achados da pesquisa

4.1. Diversificação da oferta, diversidade territorial e desigualdades educacionais

A amostra de escolas investigadas permitiu observar a pluralidade de contextos educativos e ofertas, mesmo quando se trata de um mesmo nível de ensino, e como isso impacta na gestão e organização da escola. Essa questão tornou-se bastante perceptível ao comparar as entrevistas no CEJA e numa das escolas. Ambas ofertam a Educação de Jovens e Adultos, sendo a instituição estadual responsável unicamente por essa modalidade, contemplando a EJA nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, enquanto a municipal, além da educação infantil, ensino fundamental anos iniciais e anos finais, oferta a EJA nos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental. Apesar desse ponto em comum, o CEJA funciona de maneira semipresencial, e a escola de maneira presencial, evidenciando diferenças na realização das matrículas, no perfil dos estudantes e nas condições de trabalho dos profissionais da instituição.

Essa diversidade também reflete desigualdades em relação à política educacional. Em uma de suas falas, a diretora do CEJA ressaltava a frustração da equipe escolar ao tomarem conhecimento que o Pacto EJA, lançado em 2025, beneficia somente as instituições que ofertam a modalidade presencial. Outro ponto ressaltado como sendo uma fala constante dos gestores de CEJAS é a falta de divulgação por parte do Governo Estadual, sendo bastante comum o público que chega até a instituição desconhecer até mesmo se aquela é uma instituição pública. Uma vez que funciona semipresencialmente, o CEJA costuma receber estudantes de diversas regiões de Fortaleza e até de outros municípios, caso incomum nas outras escolas.

No que se refere à organização da equipe gestora para a garantia da diversidade de ofertas e funcionamento da escola, observou-se três situações distintas: a) a gestão conta apenas com a diretora e uma coordenadora, que estão presentes na escola nos mesmos horários; b) a gestão conta com uma diretora e cinco coordenadores, que se organizam em espaços e horários distintos, para atender o Centro de Educação Infantil (CEI), que funciona em um prédio vizinho, as turmas de Ensino Fundamental e a EJA, no turno noturno e c) o CEJA conta com uma diretora e três coordenadores, trabalhando em regime de rodízio intercalado, mantendo a instituição aberta à recepção dos estudantes de 7h até 21h, sem intervalos, de segunda a sexta-feira.

4.2. Principais iniciativas governamentais que chegam à escola

A partir das entrevistas com as gestoras das escolas municipais identifica-se que as principais iniciativas governamentais estão relacionadas ao financiamento, à educação inclusiva, à alimentação escolar, às avaliações externas, à conectividade e às ações de permanência escolar. Destacam-se programas como o PDDE (federal) e o PMDE (municipal), utilizados para a aquisição de materiais pedagógicos e manutenção básica das escolas. As gestoras reconhecem a importância desses recursos, porém avaliam que são insuficientes para atender às demandas cotidianas, o que frequentemente leva a estratégias complementares de arrecadação e ao uso de recursos pessoais da equipe gestora.

No campo da educação inclusiva, a implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é percebida como um avanço significativo, especialmente diante do aumento do número de alunos com deficiência, contudo, as gestoras apontam desafios importantes, como a fragilidade da articulação entre educação e saúde, o que dificulta o acompanhamento multidisciplinar necessário e sobrecarrega a escola e os professores. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por sua vez, é avaliado de forma positiva, sendo considerado fundamental para a permanência dos alunos, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica.

Em relação às políticas de avaliação, destaca-se a participação das escolas no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Ceará (Spaee), que influencia diretamente a organização pedagógica e mobiliza gestores e professores, sobretudo nas séries avaliadas, sendo a premiação associada aos resultados vista como um incentivo diante da escassez de recursos. Além disso, iniciativas como a melhoria da conectividade escolar por meio de programas do MEC e a atuação da Busca Ativa Escolar são reconhecidas como relevantes para o acompanhamento da frequência e a permanência dos estudantes. De modo geral, a visão das gestoras é de reconhecimento dos avanços, mas também de crítica aos limites estruturais das políticas, cuja efetivação depende, em grande medida, do esforço cotidiano da gestão escolar.

4.3. Como a diversidade territorial e a diversificação da oferta aprofundam desigualdades educacionais

As entrevistas realizadas em duas escolas da rede municipal retratam duas realidades que, por vezes, se assemelham e outras se distanciam em diferentes momentos. As escolas da rede municipal visitadas fazem parte de bairros periféricos da capital e ambos possuem problemas e questões territoriais, sendo que num dos bairros as questões de violência sexual, vulnerabilidade e pobreza extrema estão mais presentes do que no outro. Tal situação, traz problemas para a comunidade escolar, uma vez que a escola recebe mais alunos que vivem em condições precárias de moradia, familiar, ou são vítimas de algum tipo de violência, que afeta o seu desempenho, aprendizagem e/ou comportamento. Para auxiliar no combate a alguns problemas vivenciados no cotidiano escolar, que são frutos das condições sociais, a escola conta com a parceria e o apoio de organizações não governamentais nas dificuldades daquela população. Em relação ao atendimento de pessoas de outras localidades e/ou municípios, foram citados alunos vindos de municípios vizinhos que mais se aproximam das escolas visitadas, como Caucaia e Maracanaú.

As duas escolas enfrentam vários desafios em seu funcionamento. A primeira, com poucas turmas, alunos e recursos, tem uma menor complexidade, mas em contrapartida há uma limitação na oferta educacional do território (não possui Fundamental II, não possui EJA, não possui programas de maior estrutura). Além da dificuldade no atendimento das demandas, outros problemas como a ausência de transporte escolar para os alunos representam desafios diários. A outra escola, por ser maior e fragmentada, tem uma maior complexidade em seu gerenciamento pela diversidade da oferta escolar e o quantitativo de alunos. A diversificação da oferta, no entanto, cria escolas com responsabilidades, demandas e carga de trabalho diferentes, mas a estrutura administrativa não sofre muita mudança: poucas coordenadoras, poucas salas adequadas, recursos insuficientes, prédios adaptados para atender a demanda.

Dessa forma, a diversidade territorial e a diversificação da oferta contribuem com o aprofundamento das desigualdades educacionais, pois os bairros mais vulneráveis precisam de mais investimentos e melhorias, mas recebem recursos semelhantes aos de bairros menos problemáticos; a escola com maior diversidade de oferta enfrenta mais dificuldades, mas não recebe o suporte para melhorias adequadas em sua infraestrutura, aumento em suas equipes e recursos, gerando sobrecarga de trabalho, carências e queda na qualidade. Já no caso da escola de menor tamanho e oferta acaba forçando o deslocamento de alunos para bairros vizinhos ou mais distantes, por não suprir a demanda daquela comunidade. Além disso, a ausência de políticas específicas para atender aqueles com maior vulnerabilidade econômica também é um fator que aprofunda as desigualdades, deixando a cargo da escola ter que pensar em maneiras de resolver algumas demandas para viabilizar a inclusão de todos.

INEP. **Sinopse Estatísticas da Educação Básica 2014**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>

INEP. **Sinopse Estatísticas da Educação Básica 2024**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>

INEP. **Indicador de adequação da formação do docente da educação básica**. Brasília, DF, Inep. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>

INEP. **Indicador de esforço docente**. Brasília, DF: Inep, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>

INEP. **Indicador para mensurar a complexidade da gestão nas escolas a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília, DF: Inep, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>

INEP. **Nota Informativa Aprimoramento metodológico no cálculo do indicador Média de Alunos por Turma**. Brasília, DF: Inep, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>

INEP. **Indicador de regularidade do docente da Educação Básica** Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>

IPECE. **Ipece divulga PIBs dos 184 municípios do Ceará**. IPECE, 15 dez. 2023. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/2023/12/15/ipece-divulga-pibs-dos-184-municipios-do-ceara/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

IPECE. Evidências dos bairros de Fortaleza a partir do Censo 2022 In: **Informe IPECE** (agosto/2025) e relatórios de monitoramento/programas sociais (2024-2025) que documentam desigualdades territoriais e perfis de beneficiários. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2025/08/ipece_informe_272_05_ago2025.pdf Acesso em: 10 dez. 2025.

SOARES. Erineuda do Amaral. Reordenamento da rede municipal de Fortaleza: impactos nas práticas da gestão escolar em tempos de avaliação em larga escala. **Tese** (doutorado). Universidade Estadual do Ceará. Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza, 2021.

Pesquisa financiada pela



Edital Nº 06/2023 - FUNCAP UNIVERSAL



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO CEARÁ



Apoio



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO